PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Perceptions About the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF): a Multidimensional Analysis

RESUMO

Este artigo analisa o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) sob uma perspectiva multidimensional, considerando a percepção dos beneficiários quanto as suas condições de habitação e saúde e às características do financiamento adquirido. Adicionalmente, busca-se mensurar como as dimensões habitacional, educacional, financeira e de saúde afetam a percepção de qualidade de vida. Utilizou-se uma *survey* presencial com 263 beneficiários de vinte e cinco municípios do estado do Rio Grande do Sul e técnicas de estatística descritiva e regressão logística. Os recursos do financiamento têm permitido também a aquisição de equipamentos, máquinas e insumos e o aumento da produção. A qualidade de vida é considerada pela maioria dos entrevistados como boa ou muito boa. A percepção de saúde é a dimensão mais significativa, indicando satisfação dos entrevistados com a sua saúde e melhoras no acesso à saúde pública. Entretanto, desafios ainda se apresentam nas áreas de finanças e educacional. Conclui-se que, para a região estudada e do ponto de vista do beneficiário, o Programa tem sido bastante positivo e proporcionado melhorias importantes na propriedade e nas condições de qualidade de vida, principalmente na saúde e moradia dos agricultores.

Kelmara Mendes Vieira
Universidade Federal de Santa Maria
kelmara.vieira@ufsm.br

Monize Sâmara Visentini
Universidade Federal da Fronteira Sul
monize.s.visentini@gmail.com

Solei Rejane Lenz
Universidade Federal da Fronteira Sul
soleilenz@yahoo.com.br

Recebido em: 18/06/2021. Aprovado em: 23/08/2021.
Avaliado pelo sistema *double blind review*
Avaliador científico: Rafael Eduardo Chiodi
DOI: 10.48142/2320211790

ABSTRACT

This article analyzes the National Program for Strengthening Family Agriculture (Pronaf) from a multidimensional perspective, considering the beneficiaries' perception of their income, housing and health conditions, and characteristics of the acquired financing. Additionally, we analyze how habitation, educational, financial, and health dimensions affect the perception of the quality of life. It was applied a survey with 263 beneficiaries from twenty-five municipalities in the state of Rio Grande do Sul, and techniques of descriptive statistics and logistic regression. Financing resources are allowed to purchase equipment, machinery, and inputs, implementing direct improvements to the property and increasing production. Quality of life is considered by most respondents as good or very good. Health perception is the most significant dimension, indicating respondents' satisfaction with their health and improvements in access to public health. However, challenges still present themselves in the areas of finance and education. It is concluded that, for the studied region and from the beneficiary's point of view, the Program has been very positive, providing important improvements in the property and in the quality of life conditions, mainly in the health and housing of the farmers.

Keywords: Quality of life; Rural workers; Public policy.

Palavras-chave: Qualidade de vida; Trabalhadores Rurais; Política Pública.

1 INTRODUÇÃO

O setor agropecuário sempre teve destaque na economia brasileira, sendo a concessão de crédito uma das ferramentas fundamentais para o processo de modernização da agropecuária, devido ao seu papel no financiamento da produção. Nesse sentido, a falta de linhas de crédito específicas para a agricultura familiar dificultava o desenvolvimento desse segmento tão representativo do setor produtivo do país. Até 1996, o pequeno agricultor precisava

disputar as linhas de crédito rurais oficiais com os grandes produtores, que tinham mais acesso aos instrumentos de financiamento rural.

Após décadas de debates entre governo, sociedade civil e, especificamente, agricultores familiares, em 1996 é oficializado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por meio do Decreto nº 1.946, com o objetivo de "promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e melhoria de renda" (Decreto n. 1.946, 1996). Assim, reconhece-se a importância do pequeno agricultor, possibilitando um espaço de trabalho mais digno e sustentável (Santos, Siqueira, Oliveira, Dantas & Maia, 2012).

De acordo com Bianchini (2015), o Pronaf estimula o surgimento de outros programas voltados a este segmento, assume a assistência técnica e reforça a infraestrutura dos agricultores e dos municípios abrangidos. O autor ainda ressalta que, nos 20 anos desde sua criação, o Programa esteve presente em todos os municípios rurais do território brasileiro, dispondo de mais de R$150 bilhões para mais de 2 milhões de famílias. Atualmente, o Programa destina 12 linhas de crédito à agricultura familiar, cada uma com finalidade diferente, como o Pronaf Custeio, o Pronaf Mais Alimentos, o Pronaf Jovem, o Pronaf Agroindústria, o Pronaf Agroecologia, entre outros.

Entre as diretrizes do Programa está a melhora na qualidade de vida dos agricultores familiares, visando o aumento da capacidade produtiva e a abertura de novas oportunidades de emprego e renda (Decreto n. 1.946, 1996). Nesta direção, Cerqueira e Rocha (2002) indicam o crédito como essencial para possibilitar um nível mais elevado de renda e o aumento do patrimônio familiar, garantindo não apenas a sobrevivência, mas a melhoria da qualidade de vida para as famílias rurais. Recentemente, Fortini, Silveira e Moreira (2017, p. 101), ao investigarem 143 pronafianos do estado de Minas Gerais, concluíram que, dentre os resultados do Programa, "o efeito mais importante para os agricultores familiares foi a sensação de que passaram a viver melhor, o que pode ser traduzido em uma qualidade de vida melhor, [...] elevando o bem-estar da família".

A avaliação da qualidade de vida das pessoas pode ocorrer através de uma percepção subjetiva, considerando, por exemplo, a qualidade habitacional, a educacional, a financeira e de saúde (Herculano, 2000). Compreender o quanto essas dimensões estão sendo satisfatórias para a qualidade de vida dos beneficiários do Pronaf é um passo importante para sua avaliação. Isso porque o Programa tem sido responsável por grandes mudanças no cenário agrícola nacional, sendo necessário avaliar seus resultados, como forma de garantir que esteja cumprindo com os objetivos de incentivar e proteger a população rural.

O grau de preocupação da pessoa com a sua situação financeira tende a interferir na sua percepção de qualidade de vida, pois a disponibilidade de recursos permite a busca por suas metas, sonhos e realizações (Hagerty & Veenhoven, 2003; Norvilitis, Szablicki & Wilson, 2003). Plagnol (2011) destaca que pessoas satisfeitas financeiramente acabam sendo mais felizes, consequentemente, nos demais aspectos da vida.

Nesse sentido, entende-se que a correta decisão e aplicação dos recursos oriundos do Pronaf podem ampliar a sensação de satisfação com a situação financeira do beneficiário, tendo em vista que esse sentimento está relacionado ao fato de ser financeiramente saudável, sem preocupações monetárias (Joo, 2008). Quando há ausência de gestão e planejamento financeiro, há uma tendência de o sujeito maximizar seus hábitos de consumo impulsivos e suas práticas orçamentárias disfuncionais ou ruins e, consequentemente, incorrer em endividamentos, problemas de saúde e estresse emocional (I. Chen, Gu & Chen, 2012).

Contrariamente, quando há adequado uso dos recursos do Pronaf, alguns agricultores têm logrado êxitos como reformar ou construir a sua casa própria, além de aumentar o acesso à saúde e à educação (Silva, 2016; Barbé & Viana, 2019). A educação do campo, o desenvolvimento e o crédito são alvo de demandas dos movimentos rurais junto à União, no que se refere aos recursos aplicados no Pronaf, sendo o Pronaf Jovem um exemplo da articulação entre a educação e o crédito (Grisa, Seminotti & Fenner, 2018).

Silva (2016, p. 166) destaca que a "maior qualidade de vida possibilitou aumentar a autoestima dos agricultores e também das mulheres que demonstram estar mais autônomas e empoderadas". Seguindo esse pensamento, para a maioria dos entrevistados dessa investigação, a percepção é que o Pronaf vem contribuindo tanto na produtividade dos estabelecimentos familiares, quanto na qualidade de vida dos beneficiários e de seus familiares, bem como na dinâmica local.

Tais resultados podem indicar uma evolução positiva na avaliação do Programa, tendo em vista que Reis, Casimiro Filho e Moreira (2008) sinalizavam que, em se tratando de indicadores de qualidade de vida, após a adesão do Pronaf foram observadas melhorias, mas não no que se refere aos indicadores de saúde. Abranger resultados promissores nas diversas dimensões da qualidade de vida é um dos objetivos "ambiciosos e abrangentes" do Pronaf (Zani & Costa, 2014), pois, com a concessão do crédito rural,

espera-se que os agricultores fortaleçam sua capacidade produtiva, gerando emprego, capacitação dos agricultores e melhores condições de renda, saúde e habitação.

Essas constatações estimularam o desenvolvimento desta investigação que visa (i) avaliar o Pronaf sob uma perspectiva multidimensional, considerando (a) a percepção dos beneficiários quanto as suas condições de habitação e saúde e às características do financiamento adquirido, e (b) mensurar como as dimensões habitacional, educacional, financeira e de saúde afetam a percepção de qualidade de vida dos pronafianos investigados, ampliando e colaborando na avaliação dos impactos do Programa.

Dentre as razões que justificam esta investigação, tem-se a relevância da agricultura familiar, que representa e absorve boa parte dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e da mão de obra no meio rural. Santos *et al*. (2012) destacam que são esses agricultores os responsáveis por significativa parcela da produção de alimentos no Brasil, além do desenvolvimento de outras atividades não agrícolas.

Assim, entende-se que, ao considerar a percepção do beneficiário de uma política pública na avaliação dessa, pode-se mensurar seus efeitos diretos, bem como os impactos na qualidade de vida do beneficiado. A literatura tem indicado que o Pronaf é responsável por mudanças tanto do agricultor quanto do fazer e gerir agrícola, indicando a potencialidade e a necessidade de avaliar seus resultados. Torna-se, assim, necessário compreender se seus objetivos de incentivar e proteger a parcela da população rural, bem como lhes proporcionar melhor qualidade de vida e condições de saúde, estão sendo cumpridos. Partindo-se desse pressuposto, espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir para a condução de ações dos órgãos públicos envolvidos diretamente no Programa, no sentido de atender as suas diretrizes (Decreto n. 1.946, 1996).

Este artigo está subdividido em outras três seções, para além desta Introdução. Na sequência, apresenta-se a metodologia do estudo, seguida da discussão e análise dos resultados. Por fim, as considerações finais são tecidas, destacando os principais achados da investigação, bem como as limitações da pesquisa e perspectivas de estudos futuros.

2 METODOLOGIA

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos, foi adotada uma pesquisa de caráter descritivo, baseada em uma abordagem quantitativa, sendo a coleta de dados realizada por meio de pesquisa *survey*. O questionário foi estruturado em 3 blocos de questões: I. Perfil demográfico, habitacional e da saúde dos entrevistados; II. Percepções sobre o Financiamento Pronaf; e III. Percepções sobre a qualidade de vida.

O instrumento de coleta de dados foi revisado e avaliado por três especialistas, previamente à sua aplicação, e, na sequência, realizou-se um pré-teste com cinco beneficiários com o objetivo de avaliar a adequação semântica e de conteúdo do instrumento. A aplicação do instrumento ocorreu em visitas às propriedades dos beneficiários e em encontros das cooperativas e associações rurais dos municípios durante os meses de outubro de 2019 a março de 2020. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 10663219.7.0000.5346).

A população alvo do estudo compreendeu os beneficiários do Pronaf, na região de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento Missões do Rio Grande do Sul (COREDE Missões-RS). O COREDE Missões-RS está localizado na fronteira do Brasil com a Argentina, sendo formado por 25 municípios e possuindo uma base econômica mais voltada à agropecuária em relação à média do RS, com pouca participação da indústria. Segundo dados do crédito rural do Banco Central do Brasil (Banco Central do Brasil [BCB], 2017) na região, foram concedidos 13.560 financiamentos Pronaf (Custeio e Investimento) no período de 2017, perfazendo um montante de R$ 325.550.235,60.

A avaliação das políticas públicas para agricultura familiar merece atenção especial na região das Missões, por se tratar de uma região que sofre com o êxodo das populações rurais, muitas vezes devido às poucas perspectivas de melhorias nos locais em que vivem. Observa-se, no território gaúcho, uma área que ocupa a fronteira norte e noroeste e parte do sul, que se caracteriza pelo esvaziamento populacional, principalmente do setor rural. O COREDE Missões-RS, situado nessa região de perda populacional, apresentou, no período 2000-2010, uma taxa média de crescimento demográfico de -0,57% ao ano, constituindo o COREDE com maior taxa de perda populacional no período (Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser [FEE], 2015).

No processo de amostragem, considerou-se um erro amostral de 6%, com 95% de confiança e uma população finita de 13.560 beneficiários, compondo uma amostra final de 263 beneficiários distribuídos proporcionalmente ao número de contratos entre os 25 municípios do COREDE Missões-RS. Na Figura 1, apresenta-se a distribuição amostral por município participante do estudo.

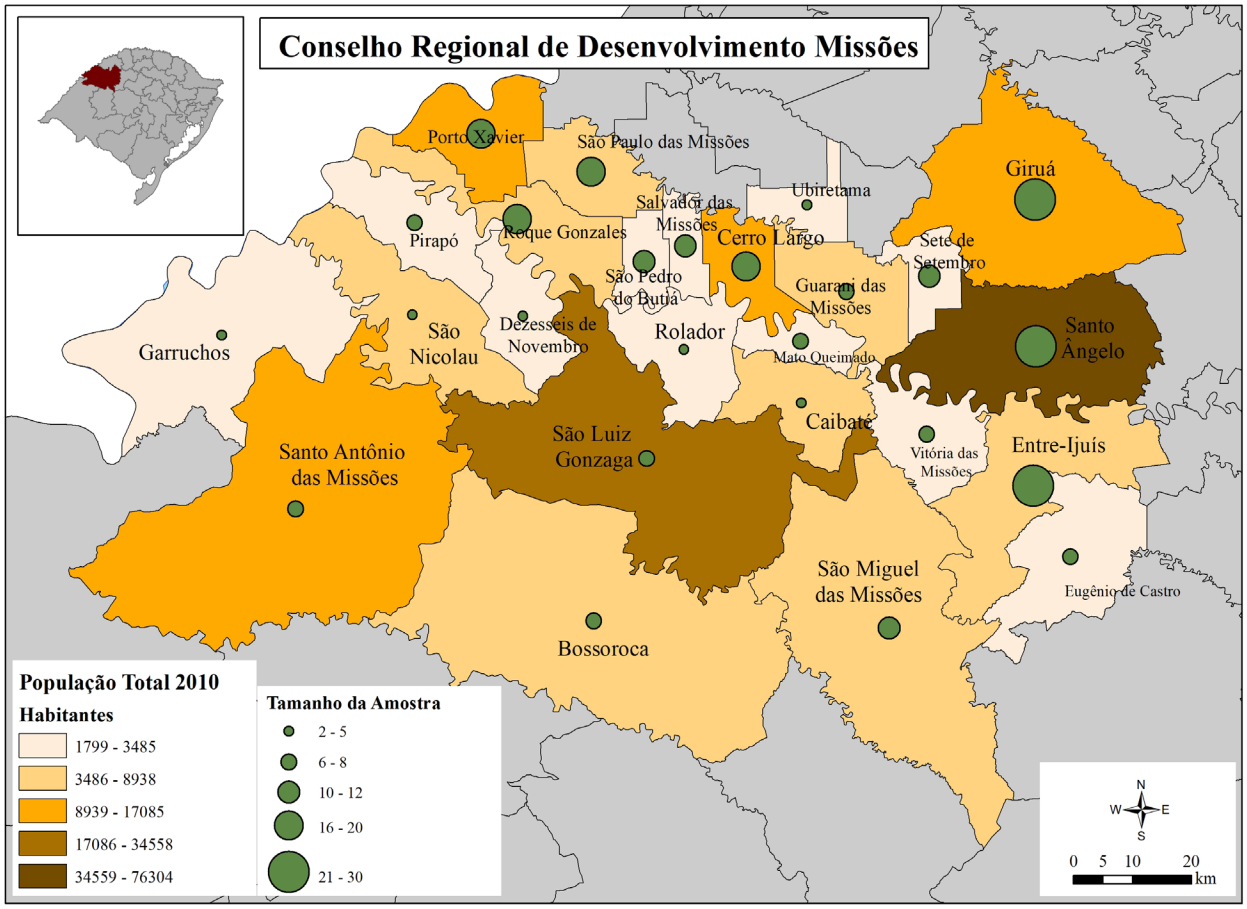

FIGURA 1 – Distribuição amostral por município
Fonte: Elaborada pelas autoras, 2021

A coleta dos dados se iniciou no mês de maio de 2019, a partir do contato com os órgãos de assistência técnica, os sindicatos, as secretarias municipais e os demais órgãos ou entidades que poderiam fornecer informações sobre a forma de acesso aos agricultores em cada município. Devido à distância entre os 25 municípios e à dificuldade de acesso aos agricultores beneficiários do PRONAF em alguns municípios, a coleta de dados foi concluída em janeiro de 2020. A aplicação dos questionários ocorreu, predominantemente, de modo presencial, nas propriedades dos agricultores.

As características demográficas dos entrevistados indicam que a maioria possui mais de 41 anos de idade (78,3%), é do sexo masculino (80,2%), estudou até a 9ª série do ensino fundamental (66,2%), é casada (74,1%) e, dentre aqueles que possuem dependentes (49,4%), têm até dois filhos (91,4%). A renda mensal média bruta de 241 dos agricultores que responderam a este questionamento é até R$ 1.000,00 (8%); de R$ 1.000,01 a R$ 2.000,00 (21,7%); de R$ 2.000,01 a R$ 3.000,00 (20,2%); de R$ 3.000,01 a R$ 4.000,00 (14,1%); e acima de R$ 4.000,00 (27,8%).

Na análise dos resultados, para atingir aos dois objetivos propostos, aplicou-se a estatística descritiva e a modelagem de regressão logística. Na estatística descritiva foram utilizados frequências, médias e desvio padrão para descrever o perfil dos entrevistados, dos financiamentos e das propriedades. O desvio padrão é a raiz quadrada da média do erro entre a média e as observações (Field, 2009). Na regressão logística, com estimação por máxima verossimilhança, foram adotadas como parâmetros as dimensões de qualidade habitacional, educacional, financeira e de saúde propostas por Herculano (2000), sendo desenvolvido o seguinte modelo analítico:

$$Y_e = \delta_0 + \beta_1 PS_i + \beta_2 PH_i + \beta_3 PF_i + \beta_4 DEscola_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

em que Y_e se refere a Qualidade de vida (Como você avalia sua qualidade de vida?), a qual assumiu valor 1 se o beneficiário a classificou com boa ou muito boa e zero para as demais classificações; δ ao intercepto; β aos coeficientes angulares; PS é a percepção de saúde (Quão satisfeito (a) você está com a sua saúde?); PH é a percepção habitacional (Quão satisfeito (a) você está com as condições do local onde mora?); PF é a percepção financeira (No geral, qual o grau de satisfação com sua situação financeira?); *DEscola* representa a dimensão educacional (variável *dummy*, valor 1 para ensino médio ou superior completo) e ε é o termo de erro.

O teste de Wald foi utilizado para verificar a significância dos coeficientes de cada previsor. A hipótese nula é de que o coeficiente é zero. A rejeição da hipótese nula leva a conclusão de que o coeficiente é significativamente diferente de zero e, portanto, pode-se assumir que o previsor está contribuindo de forma significativa à previsão da variável de saída (Field, 2009). Para testar adequabilidade do modelo, utilizou-se o teste de Hosmer-Lemeshow, tendo como hipótese nula o ajustamento adequado do modelo (Archer, Lemeshow & Hosmer, 2007).

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, são apresentados os resultados da coleta de dados realizada junto aos beneficiários do Pronaf nos 25 municípios que fazem parte da região do COREDE Missões-RS. Ela é subdivida em três seções, sendo a primeira delas referente à análise descritiva do perfil dos entrevistados e das propriedades rurais (Bloco I do questionário); a segunda descreve as percepções dos beneficiários sobre o financiamento do Pronaf (Bloco II); e a terceira apresenta as percepções de qualidade de vida dos participantes do estudo, bem como analisa, por meio da análise de regressão logística, como as dimensões de qualidade habitacional, educacional, financeira e de saúde afetam a percepção de qualidade de vida dos pronafianos investigados.

3.1 Perfil dos entrevistados: habitação e saúde

Os 263 participantes do estudo foram indagados sobre as questões habitacionais e de saúde. Quanto às condições habitacionais, em 59,3% das casas o número de moradores é de até três pessoas, em 33,1%, há de quatro a cinco residentes, e em 7,2% das propriedades rurais moram seis ou mais indivíduos. Ao analisar a ocupação, 99,2% dos respondentes declaram a agricultura como atividade principal, sendo que 25,1% são também aposentados. Na variável relativa à distância da propriedade até a sede do município, 29,7% dos respondentes moram a até 5 quilômetros, 30,4% entre 5 e 10 quilômetros, e 28,9% entre 10 e 20 quilômetros. Esta variável é importante para caracterizar os municípios que compõem esta região, pois a maior parte possui áreas pequenas, e as propriedades rurais são também minifúndios (Wbatuba, Ortiz, Silveira, Mello & Liska, 2017).

Com relação à forma de aquisição da propriedade rural, 69,6% dos respondentes comprou a área, 53,6% relata que foi através de herança, 4,2% através da reforma agrária e 3% alega outras formas de aquisição. Em muitos casos há mais de uma forma de aquisição, pois herdaram uma parte da área e compraram o restante. Além destes, 6,5% não são proprietários das áreas. Nestes casos, ou arrendam a área, ou ainda estão pagando e não têm a propriedade definitiva, ou a propriedade pertence à família (pais ou avós). Ao analisar o tempo em que a propriedade pertence à família, para 61,2% dos respondentes este tempo é superior a 30 anos, para 17,5% deles é de 16 a 30 anos, para 14,8% de 6 a 15 anos; apenas 3,4% informam tempo de 1 a 5 anos, e 3% que não são proprietários.

A maioria das casas é de alvenaria (70,30%), com energia elétrica há mais de 10 anos (95,40%), e possui acesso à internet (77,57%). O acesso à água para consumo humano, em 72,60% das casas, ocorre através de rede pública, em 14,10% há o acesso à água com tratamento (poços artesianos comunitários), e em 13,30% a água para consumo é sem tratamento. Já as instalações sanitárias de 54,60% das casas possuem banheiro e água da rede pública, e em 35,10% há banheiro com água encanada. O lixo doméstico de 47,10% das propriedades é recolhido por carros da prefeitura, e de 52,10% o lixo é enterrado ou queimado.

O acesso à saúde, mensurado em questão de múltipla escolha, ocorre através dos postos de saúde para 68,10% dos respondentes, por intermédio do atendimento de agentes de saúde para 66,50% dos casos e em hospital da rede pública para 36,10% dos agricultores. Quando questionados sobre a qualificação do acesso à saúde nos últimos 20 anos, 61,80% dos respondentes acreditam que houve melhora, pois a qualidade da saúde pública e gratuita também melhorou. Para 13,70%, a melhora ocorreu porque os tratamentos médicos são pagos ou através de planos de saúde. Não houve alteração para 16,40% dos respondentes, e para 8% o acesso à saúde piorou, pois não possuem recursos para as despesas médicas e a saúde pública é ruim.

3.2 Percepções sobre o Financiamento Pronaf

Esta seção aborda as questões referentes às características dos financiamentos adquiridos pelos entrevistados, bem como consequentes percepções a respeito dessa ação. Ao se abordar a percepção geral dos beneficiários em relação aos impactos no sistema produtivo após acesso ao Pronaf, 97% responderam que o crédito rural impulsionou a produção na propriedade rural. Tal constatação vai ao encontro dos achados de Silva (2016), de que este Programa surge como fomentador da agricultura familiar, movimentando a economia a partir de um encadeamento direto e indireto causado pelo crédito.

Na comparação com o período em que não tinham o crédito rural, os respondentes informaram os percentuais de aumento na produção a partir da utilização do Pronaf. Assim, 12,1% dos agricultores participantes da pesquisa perceberam aumento de 10 a 25% na produção da propriedade; 56,2% citaram aumentos entre 30 e 50%, e 29,6% do total de respondentes perceberam aumento de 60 a 100%.

De acordo com o BCB (2019), os créditos destinados ao Pronaf podem ter a finalidade de custeio e investimento, com suas subdivisões de acordo com sua destinação de cada linha de crédito. No caso do crédito para custeio, a finalidade é cobrir despesas normais dos ciclos produtivos. Já o crédito para investimento se destina à aplicação em bens ou serviços em que os resultados ocorrem em vários períodos de produção. O Pronaf Investimento permite investir em benfeitorias na propriedade rural, aquisição de máquinas e equipamentos, aquisição de animais, formação de lavouras permanentes, obras de irrigação e drenagem, recuperação de solo e pastagens, eletrificação, com prazo para pagamento maior (BCB, 2019).

A maior parte dos respondentes deste estudo possui ativa mais de uma linha de crédito, como contratos de investimento e custeio simultaneamente (55%); enquanto 26,6% têm apenas custeio e 18,6% unicamente o contrato de investimento ativo. Entre os participantes da pesquisa, há três agricultores que possuem a Linha de crédito Pronaf Agroindústria (1,1%), e um que possui o Pronaf Eco (0,4%).

Entre as melhorias percebidas com a utilização do Pronaf Investimento, a principal é a aquisição de tratores, caminhões, motos, veículos utilitários ou similares. Do total de respondentes, 46% já utilizaram o crédito para compra de alguns desses itens. Além disso, 37,1% dos respondentes investiram na compra de implementos agrícolas (pulverizadores, motores estacionários etc.); 21,7% adquiriram tanques de expansão, resfriadores, ordenhadeiras; 23,2% investiram em animais de alto padrão genético; e 22,4% construíram silos, galpões, celeiros, abrigos, cercas e estrebarias. A aquisição desses itens propicia o aumento da capacidade de produção, com a inovação tecnológica, o que implica não só a aquisição de insumos modernos, mas também a gestão do conhecimento incorporado às tecnologias, do gerenciamento produtivo dos agricultores (Vieira Filho & Silveira, 2016).

Já no que se refere à percepção de melhorias com a aplicação do Pronaf Custeio, 69,6% dos respondentes usaram esta linha de crédito na aquisição de insumos para correção de solo e aumento de produtividade. Além disso, a aquisição de sementes, mudas ou similares com elevado padrão de germinação representa 54,0%, e a aquisição de sementes transgênicas equivale a 54,8% das contratações dos respondentes.

Com relação ao ano de contratação do último crédito Pronaf, a maioria (76,4%) contratou o crédito em 2019, e 11,4% anteriormente ao ano de 2016. Além disso, 92,4% dos respondentes fazem uso do Pronaf há quatro ou mais anos. Estes resultados demonstram que o Programa já está incorporado ao sistema produtivo na região. Resultado semelhante foi destacado por Silva (2016), indicando que o Programa já está arraigado no cotidiano dos agricultores catarinenses por ele investigados, tendo em vista que aproximadamente 80% da amostra utilizaram o crédito de custeio cinco ou mais vezes, sendo que alguns o utilizam anualmente.

Complementarmente a essa discussão, faz-se relevante detalhar as culturas e atividades financiados nos municípios investigados, a fim de melhor compreender as características da região estudada. A Tabela 1 sumariza as principais formas de utilização do Crédito Pronaf nos últimos 15 anos, bem como as principais culturas e atividades advindas dos créditos de custeio agrícola e pecuário, respectivamente.

Nos últimos 15 anos, a principal forma de utilização do Crédito PRONAF foi o Custeio Agrícola (79,8%), seguido do Custeio Pecuário (34,6%). Nas linhas de investimento, foram citados os investimentos para aquisição de equipamentos, implementos, tratores ou similares (47,1%), seguidos por investimento para aquisição de animais (21,3%), outras formas não especificadas (5,7%) e investimento para aquisição de veículos (2,3%). Um resultado semelhante foi destacado por Silva (2016), indicando que aproximadamente 80% dos agricultores catarinenses utilizaram o crédito de custeio.

TABELA 1 – Formas de utilização do Crédito Pronaf, culturas e atividades

	Alternativas	**Porcentagem**
Formas de utilização do Crédito PRONAF nos últimos 15 anos	Custeio Agrícola	79,8
	Custeio Pecuário	34,6
	Investimento para aquisição de animais	21,3
	Investimento para aquisição de equipamentos, implementos, tratores ou similares	47,1
	Investimento para aquisição de veículo	2,3
	PRONAF utilizado de outras formas (não especificadas)	5,7
	Culturas	**Porcentagem**
Custeio Agrícola	Soja	57,8
	Milho	30,8
	Trigo	19,8
	Aveia	0,8
	Canola	0,8
	Cana-de-Açúcar	0,4
	Feijão	0,4
	Forrageira	0,4
	Hortaliças	0,4
	Não informaram a cultura	33,8
	Atividades	**Porcentagem**
Custeio Pecuário	Gado de Leite	19,8
	Gado de Corte	4,6
	Pastagens	1,9

Fonte: Elaborada pelas autoras (2021)

As principais culturas financiadas pelas Linhas de Crédito Custeio são a soja, cultivada por 57,8% dos respondentes; o milho, presente em 30,8% das propriedades, e o trigo com participação em 19,8% das lavouras da região. Além dessas, na região ocorre o cultivo, com menor participação, de aveia, cana-de-açúcar, canola, feijão, forrageiras e hortaliças. A produção leiteira é a principal atividade financiada através do Custeio Pecuário (19,8% dos respondentes), seguida da criação de Gado de Corte (4,6%) e do cultivo de pastagens (1,9%).

3.3 Dimensões e efeitos da percepção sobre a qualidade de vida dos pronafianos

Nesta seção, apresentam-se os resultados referentes às dimensões habitacional, educacional, financeira e de saúde da qualidade de vida. Adicionalmente, atende-se ao objetivo de mensurar como essas múltiplas dimensões afetam a percepção de qualidade de vida dos pronafianos investigados.

No que se refere ao questionamento aos participantes da pesquisa de como avaliam a sua qualidade de vida, em escala de 1 a 5, sendo 1 muito ruim e 5 muito boa, obteve-se uma média de 3,84 e desvio-padrão de 0,562. Para 78,70% dos respondentes, a avaliação geral de qualidade de vida foi considerada boa ou muito boa. De acordo com Almeida, Gutierrez e Marques (2012), a definição da qualidade de vida é muito ampla, mas pode ser usada para definir um elevado padrão de bem-estar, considerando elementos de ordem econômica, social ou emocional. A percepção positiva de bem-estar se vincula às fases de construção de identidade se relacionada ora "à saúde, ora à moradia, ao lazer, aos hábitos de atividade física e

alimentação" (Almeida *et al*., 2012). Logo, compreende-se que este resultado pode ser consequência de todas ou parte das dimensões aqui avaliadas, havendo, certamente, outros fatores que também justificam a percepção de qualidade de vida dos participantes deste estudo.

Utilizando escala de satisfação de 1 a 5, sendo 1 muito insatisfeito e 5 muito satisfeito, para a dimensão habitacional, os pronafianos foram questionados sobre a satisfação com as condições do local onde moram, obtendo uma média bastante alta de 4,03 e desvio-padrão de 0,570, sendo que 89,3% dos entrevistados disseram estar satisfeitos ou muito satisfeitos. Também, 69,60% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a própria saúde, refletindo em uma média de 3,71 e desvio-padrão de 0,654. Proporções semelhantes foram observadas por Medina e Novaes (2014), que avaliaram a percepção dos agricultores familiares sobre suas condições de vida em 10.362 domicílios rurais de todas as regiões do país. Esses autores indicaram que os agricultores consideravam positivas as condições de saúde e de moradia, sendo que 50% e 56% dos entrevistados avaliaram, respectivamente, as condições de saúde e moradia como boas ou ótimas.

Para o grau de satisfação com a situação financeira, 64,1% dos entrevistados relataram estarem satisfeitos ou totalmente satisfeitos, 11,4% estão insatisfeitos, e para 24,4% este fator é indiferente, resultando na média mais baixa entre as dimensões investigadas (= 3,54 e S= 0,756). De acordo com o Consumer Financial Protection Bureau (CFPB, 2015), a satisfação com a situação financeira das pessoas ocorre a partir do controle sobre as finanças, ser capaz de pagar as contas em dia, ter reservas financeiras e poder "aproveitar a vida", com um planejamento financeiro que permita tirar férias, viajar, trabalhar menos e usufruir mais do tempo em família. O resultado deste estudo indica que há uma tendência para a maioria dos participantes estar satisfeita financeiramente, mas não no mesmo grau das demais dimensões investigadas.

Por fim, no que se refere à dimensão educacional, avaliou-se o grau de escolaridade dos entrevistados, sendo que 28,1% possuem até o ensino médio e 5,3% até o ensino superior, mas a grande maioria (66,2%) estudou até a 9ª série do ensino fundamental. Tais resultados se equiparam aos encontrado por Medina e Novaes (2014), ao se fazer um recorte para as regiões sul e sudeste, abrangendo os municípios investigados neste estudo, nas quais apenas 23% dos agricultores familiares adultos entrevistados possuíam ensino fundamental completo.

Finalmente, para avaliar o impacto das dimensões habitacional, educacional, financeira e de saúde na qualidade de vida do beneficiário, estimou-se o modelo de regressão logística conforme apresentado na Equação (1). A Tabela 2 apresenta os resultados.

TABELA 2 – Resultados da regressão logística

Variáveis	B	Teste Wald		Exp(B)
		Valor	Sig.	
Percepção de Saúde	1,148	17,992	0,000	3,153
Percepção Habitacional	0,937	7,142	0,008	2,553
Percepção Financeira	0,453	4,198	0,040	1,573
Educacional	1,100	6,592	0,010	3,004
Constante	-8,356	23,531	0,000	0,000
Hosmer e Lemeshow (qui-quadrado=8,351, GL=7, Sig=0,303)				
-2Log likelihood	220,229			
Cox & Snell	0,178			
Nagelkerle	0,275			
Classificado Corretamente	79,30%			

Fonte: elaborada pelas autoras, 2021

Observa-se, inicialmente, que as quatro dimensões foram significativas, corroborando a argumentação de Herculano (2000) de que são úteis para a compreensão da qualidade de vida de um ponto de vista subjetivo.

A percepção de saúde é a variável mais importante do modelo, já que um aumento de um nível na escala de satisfação implica em um aumento de 3,15 vezes na probabilidade de o indivíduo considerar sua qualidade de vida boa. Sabendo-se que para 75,5% dos entrevistados o acesso à saúde melhorou nos últimos 20 anos, e que mais de 65% dos entrevistados afirmam terem acesso ao posto de saúde e serem atendidos por agentes de saúde, pode-se concluir que há um esforço das autoridades públicas para que o acesso à saúde possa chegar ao campo. Além disso, grande parte dos recursos Pronaf está sendo investida em máquinas, equipamentos e tecnologia, o que pode implicar numa redução do esforço físico e da exposição a agrotóxicos e, consequentemente, contribuir para uma melhor percepção de saúde, produzindo ganhos de qualidade de vida.

Do mesmo modo, conseguir concluir o ensino médio ou um curso superior aumenta em torno de três vezes a chance de o indivíduo ter uma boa percepção da sua qualidade de vida. Mesmo que a maioria dos respondentes desta investigação não tenha concluído o ensino médio (66,2%), os achados poderiam ir em direção à possibilidade de que muitos dependentes dos agricultores teriam de usufruir, por

exemplo, de programas como o Pronaf Jovem (beneficiários maiores de 16 e menores de 29 anos), o que talvez também estimulasse uma melhor percepção de qualidade de vida.

Em termos habitacionais, estar satisfeito com o local onde mora é outro fator que aumenta as chances do beneficiário apresentar uma boa qualidade de vida. Neste aspecto, pode-se entender que, na medida em que o financiamento Pronaf permite que os agricultores implantem melhorias em suas propriedades, conforme constatado por Silva (2016), contribui diretamente para uma maior satisfação com o local onde mora e impacta positivamente na qualidade de vida. Barbé e Viana (2019) também indicam que os beneficiários do Pronaf tendem a se articular na busca por outros subsídios para a agricultura, bem como políticas públicas ligadas à habitação rural, ao saneamento básico e à energia elétrica.

Finalmente, observa-se que aumentos na satisfação financeira implicam em ampliação da probabilidade de o beneficiário ter uma boa avaliação da sua qualidade de vida. Sendo o Pronaf um programa que oferta recursos, pode-se interpretar que desde que os beneficiários tenham uma boa capacidade de gestão, tende-se à ampliação da satisfação financeira. Barbé e Viana (2019), ao investigarem pronafianos do estado de Minas Gerais, concluíram que, para as famílias beneficiárias, "o Pronaf contribui de forma direta para a elevação da renda e para a melhoria das condições de vida no meio rural, quando relacionado ao aumento da produção e qualidade de vida".

Nesta pesquisa, 97% dos entrevistados relataram um aumento de produção graças aos recursos oriundos do Pronaf, dos quais em torno de 60% relatam aumentos iguais ou superiores a 50% na capacidade produtiva. Produzindo mais, e com capacidade de colocação dos produtos no mercado, tais produtores passam a ter uma receita e uma rentabilidade maiores, o que proporciona um aumento da satisfação financeira e gera impactos positivos na qualidade de vida.

O teste de Hosmer-Lemeshow indicou a não rejeição da hipótese de que o número de respostas observadas é igual ao número estimado, o que indica que a variação residual está explicada corretamente. Corroborando a adequação do modelo, o teste de capacidade preditiva, de forma global, mostrou que o modelo classificou corretamente 79,3% das observações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o agronegócio ser um dos motores principais da economia brasileira, durante muitos anos a agricultura familiar não recebeu a devida atenção. Com o surgimento do Pronaf, o Brasil passa a ter uma política pública de financiamento a estes agricultores, visando o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego, a ampliação de renda e a melhoria da qualidade de vida. Como uma política pública, o Pronaf deve ser avaliado em seus mais diversos aspectos e em diferentes níveis. Assim, este estudo se propôs a avaliar o Programa a partir da percepção dos próprios beneficiários. Para isso foram abordados aspectos como as características do financiamento, as suas condições de produção, da propriedade, da renda e da saúde dos pronafianos e as dimensões habitacional, educacional, financeira e de saúde da qualidade de vida.

Quanto aos recursos obtidos via Pronaf, observou-se que são utilizados tanto para custeio quanto para investimentos, tendo permitido aos agricultores a aquisição de equipamentos e máquinas, a compra dos insumos necessários à produção e também a implementação de melhorias diretas na propriedade. A maioria das propriedades pesquisadas já possui, em sua estrutura, tanto os requisitos básicos (energia, água encanada e casas de alvenaria) como o acesso a tecnologias. Entretanto ainda há alguma dificuldade com acesso ao transporte público e recolhimento de lixo doméstico. Com as melhorias proporcionadas pelo financiamento, a maioria dos beneficiários tem conseguido ampliar a produção, aumentando a geração de renda, o que traz como consequência direta uma melhoria nas condições financeiras. Além disso, boa parte deles percebeu uma melhora substancial no acesso à saúde nos últimos 20 anos, reflexo das políticas e ações do sistema público de saúde.

No geral, a qualidade de vida é percebida pela maioria dos entrevistados como boa ou muito boa. Para analisar em mais detalhes esta percepção, foram consideradas quatro dimensões influenciadoras: saúde, habitacional, financeira e educacional. Constatou-se que a percepção de saúde é a dimensão mais significativa. Os beneficiários percebem que o acesso à saúde tem melhorado ao longo dos anos e, mais importante, estão satisfeitos com a sua saúde. Também estão muito satisfeitos com o local onde moram, o que demonstra que os investimentos que estão sendo feitos em melhorias na propriedade têm trazido também benefícios importantes para as condições de vida diária.

Por outro lado, as outras duas dimensões que impactam na qualidade de vida apresentam sinais de que ainda existem desafios a serem superados. Quanto à percepção financeira, apesar de a maioria estar satisfeita com a sua situação, existe uma parcela considerável (35,8%) que está insatisfeita ou é indiferente. Tais resultados indicam que, apesar do aumento da renda devido ao aumento da produção,

alguns beneficiários ainda não conseguiram organizar sua vida financeira. E, no que se refere à educação, constatou-se que apenas 5,3% dos beneficiários têm curso superior, e a maioria (66,2%) estudou até o ensino fundamental. Portanto, mesmo que o programa venha conseguindo manter os cidadãos no campo, tal resultado indica que talvez seja necessário um maior esforço por parte das cooperativas e associações das quais os beneficiários participam, no sentido de estimular um maior nível de escolaridade dos membros da família. Na visão de Vieira, Lenz e Visentini (2021), estimular a continuidade dos estudos e a qualificação dos agricultores rurais, com a oferta de cursos de alfabetização financeira e de gestão financeira, por exemplo, pode auxiliá-los no entendimento dos próprios contratos do Pronaf e em melhores comportamentos financeiros.

Assim, conclui-se que, para a região estudada e do ponto de vista do beneficiário, o Programa tem sido bastante positivo, proporcionado melhorias importantes na propriedade e nas condições de vida dos agricultores. No entanto, alguns pontos ainda podem ser trabalhados pelos gestores responsáveis pela política, como a utilização de instrumentos que visem permitir uma melhor gestão financeira das propriedades e um maior incentivo educacional.

Quanto às possíveis estratégias de melhoria da satisfação financeira, considerando-se que muitos agricultores não tiveram acesso ao ensino médio ou superior, seria interessante a utilização de cursos de gestão financeira de propriedades agrícolas. Tais cursos poderiam ser oferecidos em parcerias com o sistema bancário que concede o financiamento ou com as cooperativas às quais os agricultores são, em sua maioria, associados. E, dentre as estratégias para a melhoria da situação educacional, entende-se que políticas públicas que levem o ensino ao campo podem proporcionar avanços importantes. Um caminho possível seria a utilização de toda a estrutura de ensino à distância já desenvolvida pelo governo para oferecimento de cursos de ensino médio e tecnológicos voltados a esse público, tendo em vista que a grande maioria dos entrevistados possui acesso à internet nas residências. Entretanto, para aqueles ainda não conectados à internet, percebe-se o papel fundamental das cooperativas e associações, que podem atuar na busca de recursos e projetos para capacitar digital e tecnologicamente a residência desses agricultores.

Apesar dos esforços para a obtenção de dados em todos os municípios do Corede Missões-RS, tornando a amostra representativa desta região, uma limitação dessa pesquisa é a não generalização dos resultados para outras regiões. Assim, dentre os caminhos futuros, pode-se citar a possibilidade de replicação da pesquisa em outras regiões e, também, a realização de um estudo longitudinal, visando uma avaliação mais precisa dos resultados do Programa ao longo dos anos, especialmente nas propriedades onde o financiamento vem sendo sucessivamente renovado.

5 REFERÊNCIAS

Almeida, M. D., Gutierrez, G. L., & Marques, R. (2012). *Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa*. São Paulo: Escola de artes, ciências e humanidades–EACH/USP. http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/qualidade_vida.pdf

Archer, K. J., Lemeshow, S., & Hosmer, D. W. (2007). Goodness-of-fit tests for logistic regression models when data are collected using a complex sampling design. *Computational Statistics & Data Analysis, 51*(9), 4450-4464.

Banco Central do Brasil. (2017). *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - FAQ*. https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbc_atende%2Fport%2FPRONAF.asp#2

Banco Central do Brasil. (2019). *Manual de crédito rural (MCR): Atualização MCR 668*. Brasília.

Bianchini, V. (2015). *Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios*. Brasília: SAF/MDA.

Barbé, L. C., & Viana, H. S. (2019). As condições de vida no projeto de assentamento tabuleiro no Município de Unaí–MG: o acesso ao crédito para o desenvolvimento rural. *Brazilian Journal of Development*, *5*(9), 14931-14948. https://doi.org/10.34117/bjdv5n9-091

Cerqueira, P. D. S., & Rocha, A. G. (2002). A agricultura familiar e o Pronaf: elementos para uma discussão. *Bahia Análise & Dados, 12*(3), 105-117.

Consumer Financial Protection Bureau. (2015). Financial Well-Being: The Goal of Financial Education. Washington, DC. https://files.consumerfinance.gov/f/201501_cfpb_report_financial-well-being.pdf

Chen, I. J., Gu, Y., & Chen, C. (2012). Family resource management style and life adjustment of low-income single mothers in China. *Social Behavior and Personality: an international journal*, *40*(6), 959-970. https://doi.org/10.2224/sbp.2012.40.6.959

Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996. (1996). Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm

Field, A. (2009). *Discopering Statistics Using SPSS* (2nd ed).

Fortini, R. M., Silveira, S. F. R., & Moreira, V. de S. (2017). O impacto do Pronaf sobre a satisfação dos agricultores familiares de Minas Gerais. *Revista de Política Agrícola, 26*(4), 86-103.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. (2015). *PIB Municipal*. Porto Alegre. http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/seriehistorica

Grisa, C., Seminotti, J. J., & Fenner, R. S. (2018). O Pronaf e a educação do campo na perspectiva da Fetraf-Brasil. In H. J. Rocha, J. J. Seminotti, & J. C. Tedesco. *Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: Questões contemporâneas* [online] (pp. 377-419). Chapecó: Editora UFFS.

Hagerty, M. R., & Veenhoven, R. (2003). Wealth and happiness revisited- growing national income does go with greater happiness. *Social indicators research, 64*(1), 1-27. https://doi.org/10.1023/A:1024790530822

Herculano, S. C. (2000). A qualidade de vida e seus indicadores. In C. M. Freitas, S. Herculano, & M. F. de S. Porto (Orgs.). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais* (pp. 23-24). Niterói: Eduff.

Joo, S. (2008). Personal Financial Wellness. In J. J. Xiao. *Handbook of consumer finance research* (pp. 21-34). New York: Springer.

Medina, G., & Novaes, E. (2014). Percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida. *Interações*, *15*(2), 385-397. https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000200016

Norvilitis, J. M., Szablicki, P. B., & Wilson, S. D. (2003). Factors influencing levels of credit card debt in college students. *Journal of Applied Social Psychology*, *33*(5), 935-947. https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2003.tb01932.x

Plagnol, A. C. (2011). Financial satisfaction over the life course: The influence of assets and liabilities. *Journal of Economic Psychology*, *32*(1), 45-64. https://psycnet.apa.org/doi/10.1016/j.joep.2010.10.006

Reis, A. P. L. dos, Casimiro Filho, F., & Moreira, M. L. S. (2008). O Pronaf e a redução das desigualdades de gênero no meio rural. *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, Rio Branco, Acre, Brasil, 46.

Santos, C. F., Siqueira, E. S., de Oliveira, I. J. C., Dantas, M. E. C., & Maia, Z. M. G. (2012). Agricultura Familiar e Convívio Sustentável numa Perspectiva Interdisciplinar. *Revista de Políticas Públicas, 16*(1), 25-35.

Silva, R. A. D. (2016). *Impactos do PRONAF em municípios selecionados de Santa Catarina*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/168908

Vieira Filho, J. E. R., & Silveira, J. M. F. J. D. (2016). Competências organizacionais, trajetória tecnológica e aprendizado local na agricultura: o paradoxo de Prebisch. *Economia e Sociedade, 25*, 599-630.

Vieira, K. M., Lenz, S. R., & Visentini, M. S. (2021). Financiamento, bem-estar financeiro e qualidade de vida: Percepções dos beneficiários do Pronaf. *Historia agraria*: *Revista de agricultura e historia rural*, (84), 209-238. https://*doi*.org/*10.26882/histagrar.084e07k*

Wbatuba, B. B. R. *et al*. (Org.) (2020). Plano estratégico de desenvolvimento da região das Missões. Santo Ângelo: FuRI. https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09152209-plano-missoes.pdf

Zani, F. B., & Costa, F. L. D. (2014). Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-novas perspectivas de análise. *Revista de Administração Pública*, *48*(4), 889-912. https://doi.org/10.1590/0034-76121555